

QUESTÃO 1

Pertinentemente à legitimação do Direito Penal no Estado Social e Democrático de Direito, assinale a alternativa **incorreta**:

- A Dentre os princípios materiais do Estado Democrático de Direito, não expressamente formalizado no texto constitucional, encontra-se o *princípio da proporcionalidade*.
- B O *princípio da intervenção mínima* encontra expressão em duas perspectivas diversas: o *princípio da fragmentariedade* e o *princípio da subsidiariedade*.
- C O *princípio da subsidiariedade* põe em destaque a circunstância de que o Direito Penal é o único controle social formal dotado de recursos coativos.
- D A Constituição Federal, ao adotar o *princípio da pessoalidade*, estabelece restrição para a direta execução do julgado; nunca, contudo, para efeitos reflexos, não jurídicos e de caráter social.

QUESTÃO 2

Quanto à determinação do momento da prática delitiva (*tempus delicti*), é **correto** afirmar que:

- A O Código Penal Militar adotou a *Teoria mista* ou *unitária*: o tempo do delito é considerado tanto o da ação quanto o do resultado.
- B O Código Penal Militar admite, implicitamente, como exceção à teoria adotada, o marco inicial da prescrição *in abstracto* ter seu começo a partir do dia em que o crime se consuma.
- C O Código Penal Militar admite, implicitamente, como exceção à teoria adotada, o marco inicial da prescrição *in abstracto* nos crimes permanentes coincidir com o início da permanência.
- D Na hipótese de um militar, em serviço, atirar em um outro militar, também em serviço, com *animus necandi*, embora obtendo o resultado somente alguns dias depois, o crime de homicídio consumado será considerado praticado, para todos os efeitos, no momento em que ocorrer o resultado “morte”.

QUESTÃO 3

Em relação a crimes militares, assinale a alternativa **correta**:

- A O crime de *Revolta* é o *Motim armado*, sendo a existência de armas o único e essencial ponto de distinção entre os dois crimes.
- B No crime de *Conspiração*, punem-se os atos preparatórios que constituem sua conduta típica. A *delação espontânea*, a ele associada, tem o efeito de reduzir a pena, e não de isentar o agente da mesma.
- C No crime de *Desrespeito a Superior*, cogita-se do critério *ratione loci*. É necessário que o desrespeito, além de ser perpetrado diante de outro militar – de qualquer posto ou graduação – ocorra em local sob administração militar.
- D No crime de *Incitamento*, o sujeito ativo só pode ser militar.

QUESTÃO 4

No que se refere à relação de causalidade, indique a alternativa **correta**:

- A A *Teoria da Imputação Objetiva do Resultado*, na perspectiva de Claus Roxin, não se desvincula do dogma causal. A ele somam-se critérios normativos, cujo traço comum é o *princípio do risco*, com base no qual, partindo do resultado, o importante é saber se a conduta do agente criou ou não um risco juridicamente relevante de lesão típica de um bem jurídico penalmente protegido.
- B O delito omissivo próprio consiste em dar lugar à ocorrência de um resultado típico, não evitado por quem podia e devia fazê-lo, isto é, por aquele que, na situação concreta, tinha a capacidade de ação e o dever jurídico de agir, para impedir a lesão ou o perigo de lesão ao bem jurídico tutelado.
- C A ação e omissão deixam de ser imputáveis pelo resultado, quando uma causa, ainda que relativamente independente, venha, por si só, a produzi-lo. Rompe-se, então, a cadeia de causalidade, quando a conduta anterior, embora criminosa, não esteja na linha necessária de desdobramento causal.
- D Considera-se como causa de um resultado, de conformidade com a *Teoria da Equivalência das Condições*, toda condição sem a qual o resultado não teria ocorrido, isto é, tudo aquilo que tenha contribuído para a sua produção. A causa absolutamente independente, ou seja, aquela sem qualquer vínculo com a ação ou omissão, não exclui a imputação pelo resultado.

QUESTÃO 5

Quanto à antijuricidade, assinale a alternativa **incorreta**:

- A O Código Penal Militar, adotando a *Teoria Diferenciadora*, admite o estado de necessidade tanto como *justificante* quanto como *exculpante*.
- B Não é possível legítima defesa contra quem pratica uma conduta acobertada por uma exculpante.
- C No estado de necessidade *justificante*, o agente não é legalmente obrigado a arrostar o perigo.
- D Não há que se falar em legítima defesa na conduta do militar que, em momento posterior à injusta provocação, agride um outro militar, em fuga, com golpe de facão, pois age com ânimo de revide e não de defesa.

QUESTÃO 6

Em relação ao arrependimento eficaz e à desistência voluntária, é **correto** afirmar que:

- A É pacífico o entendimento doutrinário de que os dois institutos têm a natureza jurídica de *causas pessoais de extinção da punibilidade*.
- B São requisitos da desistência voluntária: a espontaneidade e o esgotamento de toda a atividade executória.
- C Fazem surgir a figura do crime impossível, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
- D São requisitos do arrependimento eficaz: o esgotamento de toda a atividade executória; impedimento eficaz do resultado e voluntariedade.

Para as **questões de 7 a 12**, indique a alternativa **correta**:

QUESTÃO 7

- A No crime omissivo impróprio, a consumação ocorre com a simples inatividade do agente, como no crime omissivo puro.
- B De regra, os atos preparatórios não são puníveis. No entanto, algumas vezes, o legislador transforma esses atos em tipos penais especiais, fugindo à regra geral.
- C Dá-se, também, o crime impossível, quando os meios empregados são relativamente inidôneos à consumação do delito.
- D Dá-se a tentativa imperfeita, quando, apesar da ação executória ter-se esgotado, não se alcançou, todavia, o resultado proposto, por razão alheia à vontade do agente.

QUESTÃO 8

- A Nas hipóteses de erro no uso dos meios de execução, consideram-se as qualidades ou condições da pessoa efetivamente atingida e não as da pessoa visada.
- B Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime tão-somente a título de dolo.
- C O desconhecimento da antijuridicidade de um comportamento e o desconhecimento de uma norma legal são coisas completamente iguais, ou seja, a ignorância da lei pode confundir-se com o desconhecimento da antijuridicidade.
- D A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave, quando o agente supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis, salvo em se tratando de crime contra o dever militar.

QUESTÃO 9

- A A suspensão condicional da pena exclui a aplicação de medida de segurança não detentiva.
- B A suspensão condicional da pena se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.
- C A suspensão condicional da pena não se aplica, em tempo de paz, aos crimes de *Violência contra superior e Insubordinação*.
- D É possível a suspensão condicional do processo, na Justiça Castrense, em função da aplicação das disposições da Lei nº 9.099/95 (*Lei dos Juizados Especiais Criminais*).

QUESTÃO 10

- A Não se toma em conta, para efeito de reincidência, a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento ou extinção da pena e o crime posterior, decorreu período de tempo inferior a cinco anos.
- B O condenado a qualquer das penas principais previstas no CPM, por tempo igual ou superior a dois anos, desde que atendidos certos requisitos, pode ser liberado condicionalmente.
- C Salvo em hipóteses expressamente previstas no CPM, a imposição da pena acessória deve constar expressamente da sentença.
- D Constitui um dos efeitos da condenação, a perda, em favor da Fazenda Nacional (ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé), dos instrumentos do crime, independentemente de consistirem, ou não, em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.

QUESTÃO 11

- A Não há crime continuado quando se trate de fatos ofensivos a bens jurídicos inerentes à pessoa, salvo se as ações ou omissões sucessivas são dirigidas contra a mesma vítima.
- B Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.
- C Os crimes militares, em tempo de paz, quando dolosos contra a vida, e cometidos contra civil, não são da competência da justiça comum.
- D As medidas de segurança previstas pelo CPM são pessoais ou patrimoniais. As primeiras subdividem-se em detentivas e não detentivas (sujeição a tratamento ambulatorial).

QUESTÃO 12

- A De acordo com o CPM, são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
- B A reabilitação não alcança qualquer pena imposta por sentença definitiva.
- C No crime de deserção de oficial, embora decorrido o prazo de prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos.
- D A prescrição da ação penal começa a correr nos crimes de falsidade, da data em que o fato se tornou conhecido.

QUESTÃO 13

A respeito do crime de *Evasão de preso ou internado* (Artigo 180 do CPM), assinale a afirmativa **correta**:

- A Se o agente, evadindo-se de prisão militar, mediante arrombamento, não se apresenta voluntariamente, ou não é capturado dentro de 9 (nove) dias, comete dois crimes autônomos: o de *Evasão* e o de *Deserção*.
- B Nesse tipo penal não se equipara a forma consumada à forma tentada.
- C Comete esse crime o agente que, empunhando uma arma, aproveita a oportunidade para fugir da prisão, em que se encontrava legalmente, quando aberta a porta, e dispara tiros para o alto, ao ser perseguido.
- D Para que o crime se caracterize, faz-se necessário que a evasão, com violência contra a pessoa, ocorra de lugar fechado, restando descaracterizado o crime, quando a fuga é procedida por preso escoltado, que se encontra em local aberto.

QUESTÃO 14

Sobre o crime de *Amotinamento* (Artigo 182 do CPM), é **correto** afirmar que:

- A Constitui ele um crime unissubjetivo, em que o concurso de agentes é eventual.
- B Constitui o crime a mera desavença entre presos, dentro da mesma cela, ainda que não haja o intuito de contrariar a autoridade ou o poder constituído.
- C Na mesma pena incorre quem, não estando preso ou internado, sendo oficial, e encontrando-se presente, não usa os meios ao seu alcance para debelar o amotinamento.
- D Não se inclui como recinto de prisão militar, o local fora das grades, onde os presos ou internados trabalham ou estudam.

QUESTÃO 15

Sobre a tentativa, assinale a alternativa **correta**:

- A A tipicidade da tentativa decorre da conjugação do tipo penal com o dispositivo que a define e prevê a sua punição, que tem eficácia extensiva.
- B Existe dolo especial de tentativa. O dolo da tentativa não é o mesmo do delito consumado.
- C Pelo Código Penal Militar, só poderá ser aplicada à tentativa, a pena do crime consumado, nas estritas hipóteses previstas em alguns tipos penais, tal como dispõe o Código Penal comum.
- D Os crimes omissivos próprios admitem a tentativa. Diferentemente, os crimes omissivos impróprios não a admitem.

QUESTÃO 16

É **correto** afirmar em relação aos crimes culposos:

- A É pacífico o entendimento doutrinário brasileiro de que é possível, tanto a co-autoria quanto a participação nos crimes culposos.
- B Haverá crime culposo quando o agente, não observando o dever de cuidado devido, envolver-se em evento lesivo, que se verificaria mesmo que a diligência devida tivesse sido adotada.
- C A opinião dominante no Direito nacional é no sentido de ser possível configurar-se a tentativa culposa, uma vez que a idéia da tentativa não exclui a da culpa.
- D Se os fatos narrados numa denúncia descrevem imprudência por parte do agente, e o tipo penal refere-se a crime comissivo doloso, não prevendo a forma culposa, não deve a exordial acusatória ser recebida pelo Juiz.

QUESTÃO 17

Em relação ao crime de *Abandono de posto*, é **correto** afirmar que:

- A É um crime de perigo abstrato, uma vez que se consuma com a simples criação do perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir um dano efetivo. O perigo abstrato é presumido *juris et de jure*, uma vez que não precisa ser provado, pois a lei contenta-se com a simples prática da ação que pressupõe perigosa.
- B A alegação do diminuto lapso temporal de afastamento do posto tem o condão de elidir a ocorrência do crime.
- C É necessário, para sua configuração, que, durante o período de afastamento do militar, ocorram fatos lesivos à OM, que poderiam ser evitados ou, ao menos, atenuados, mediante a sua intervenção.
- D Não há distinção entre posto e lugar de serviço. Ambos configuram um local amplo, onde o militar deve permanecer no exercício de qualquer função militar.

QUESTÃO 18

Em relação ao crime de *Lesão corporal*, assinale a alternativa **correta**:

- A Na lesão corporal seguida de morte, se o resultado qualificativo deriva de caso fortuito, essa qualidade não desaparece, respondendo o agente pelo crime preterdoloso
- B A deformidade duradoura constitui lesão estética de certa monta, quando se limite exclusivamente ao rosto da vítima.
- C Quanto ao perigo de vida provocado pela lesão corporal, não se trata de perigo concreto, mas de perigo presumido; não se trata de probabilidade, mas de possibilidade de morte da vítima
- D A autolesão não tipifica o crime de lesão corporal. Ela poderá, contudo, constituir elemento de um outro tipo penal.

QUESTÃO 19

Quanto ao crime de *Rixa*, assinale a alternativa **correta**:

- A Constitui ele um crime plurissubsistente, comissivo e unissubjetivo, em que o concurso de agentes é eventual.
- B Não se exige qualquer fim especial de agir. Pune-se a troca de agressões, independentemente de qualquer dos participantes resultar ferido.
- C Caracteriza-se pela ocorrência de agressões recíprocas generalizadas, mesmo estando claramente definida a posição dos contendores.
- D É possível a modalidade culposa da *Rixa*.

QUESTÃO 20

Relativamente aos crimes contra a honra, assinale a afirmativa **correta**:

- A Tanto a *Calúnia* quanto a *Difamação* lesam a honra objetiva; referem-se a fatos e necessitam chegar ao conhecimento de terceiro, para consumar-se.
- B A honra é um dos bens jurídicos disponíveis por excelência, sendo pacífico o entendimento, na doutrina nacional, que o consentimento do ofendido constitui causa excludente de tipicidade.
- C O Código Penal Militar estabelece que o conceito desfavorável emitido em apreciação ou informação prestada no cumprimento do dever de ofício não constitui ofensa punível, salvo quando inequívoca a intenção do agente tão-somente em injuriar ou difamar.
- D Tanto a *Calúnia*, quanto a *Difamação* e a *Injúria*, pela previsão do Código Penal Militar, admitem a exceção da verdade.

QUESTÃO 21

A respeito das causas excludentes de culpabilidade, pela sistemática do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que:

- A No *Estado de necessidade exculpante*, o agente sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que lhe seja razoavelmente exigível conduta diversa.
- B Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente pode invocar a seu favor a ocorrência de coação física irresistível.
- C A coação irresistível, com idoneidade para afastar a culpabilidade, é a moral, ou a *vis absoluta*, uma vez que exclui a ação, e, por conseguinte, a própria conduta típica.
- D No que se refere à *Obediência hierárquica*, o Código Penal Militar — da mesma forma que o Código Penal comum em relação ao subordinado —, estabelece implicitamente que o militar não deve obedecer à ordem manifestamente criminosa.

QUESTÃO 22

Quanto ao crime de *Receptação*, assinale a alternativa **correta**:

- A A *Receptação* está toponimicamente situada no título que trata dos crimes patrimoniais exatamente porque é necessário que o crime precedente seja contra o patrimônio.
- B O crime de *Receptação* diferencia-se do crime de *Favorecimento real*, porque, neste, o agente atua em benefício do autor do crime antecedente, enquanto que, naquele, o agente atua em benefício próprio ou de outrem, que não seja o autor do crime anterior, com *animus lucrandi*.
- C Não é possível falar-se em *Receptação* se desconhecido o autor do crime anterior.
- D Para a caracterização da receptação culposa, faz-se necessário o preenchimento de todos os requisitos previstos no tipo penal (natureza; desproporção entre o valor e o preço; condição de quem oferece), uma vez que eles constituem pressupostos cumulativos.

QUESTÃO 23

Relativamente ao concurso de agentes, assinale a alternativa **correta**:

- A A regra do artigo 53 do CPM (“*Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas*”) é dispensável para a punibilidade do partícipe.
- B Para a *Teoria do Domínio do Fato*, co-autor é aquele que, de acordo com um plano delitivo, presta contribuição independente, essencial à prática do crime, obrigatoriamente em sua execução.
- C Autor colateral é aquele que realiza a ação típica, servindo-se de terceiro, que atua como instrumento, sem culpabilidade.
- D No concurso de pessoas são incomunicáveis as circunstâncias e as condições de caráter pessoal dos agentes, mas, quando elementares do crime, comunicam-se aos participantes, desde que delas tenham tido conhecimento.

QUESTÃO 24

Sobre o crime de *Peculato*, é **correto** afirmar que:

- A Não haverá *Peculato mediante erro de outrem*, se o agente induziu ou manteve a vítima em erro.
- B Tratando-se, tanto de *peculato doloso*, quanto de *peculato culposo*, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença, extingue a punibilidade.
- C O *Peculato*, segundo o Código Penal Militar, constitui um crime contra o patrimônio, e não um crime contra a administração militar.
- D O militar que, em razão do cargo, usa, em proveito próprio, veículos e equipamentos militares, realiza conduta típica, uma vez que existe *peculato de uso*.

QUESTÃO 25

Em relação às circunstâncias agravantes e atenuantes, é **correto** dizer que:

- A No concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais aquelas de conotação objetiva.
- B A circunstância de o agente ter cometido o crime com material ou instrumento de serviço, para esse fim procurado, agrava a pena, independentemente de ser ele militar ou civil.
- C Para efeito de reincidência se consideram os crimes anistiados.
- D Nos crimes em que a pena máxima cominada é a de morte, ao Juiz é facultado atender, ou não, às circunstâncias atenuantes.

QUESTÃO 26

Relativamente às penas principais previstas no Código Penal, assinale a alternativa **correta**:

- A A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e pode ser executada de imediato, independentemente de ser imposta, ou não, em zona de operações de guerra.
- B A pena privativa de liberdade por mais de dois anos, aplicada a militar, quando cumprida em estabelecimento prisional civil, faz com que ele fique sujeito ao regime de execução da legislação penal comum.
- C O civil cumpre a pena aplicada pela Justiça Militar em penitenciária militar, independentemente do crime ter sido cometido em tempo de guerra ou em tempo de paz.
- D A pena de impedimento consiste na agregação, no afastamento, no licenciamento ou na disponibilidade do condenado, pelo tempo fixado na sentença, sem prejuízo do seu comparecimento regular à sede do serviço.

QUESTÃO 27

Sobre os crimes de falsidade é **correto** afirmar que:

- A O ato falsificado ou alterado é punível, ainda quando não seja idôneo a produzir prejuízo.
- B Distingue-se a falsidade material da falsidade ideológica, porque, nesta, é ela materialmente gráfica e visível, enquanto que naquela, é falso apenas o conteúdo.
- C Quando a falsificação de documento de identidade militar for destinada, apenas, a qualificar o portador no meio civil, para a prática de enganos e fraudes, sem repercussão no patrimônio, na administração ou no serviço militar, o crime não é da competência da justiça castrense.
- D Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, não é por este absorvido.

QUESTÃO 28

Quanto ao crime de *Prevaricação*, assinale a alternativa **correta**:

- A O simples retardamento de atos de ofício não configura, por si só, o crime. Sem o dolo específico, ou seja, sem a prova da intenção de satisfazer interesse ou sentimento pessoal, é impossível condenar por tal espécie de delito.
- B Distingue-se a *Prevaricação* da *Corrupção passiva*, porque aquela exige a bilateralidade, ou seja, a intervenção ilícita ou não de terceiro.
- C Tanto na *Prevaricação*, quanto na *Concussão*, o agente exige vantagem indevida do ofendido.
- D O sentimento pessoal do agente, sendo nobre e respeitável, elide a configuração do crime, mesmo que não afastado o dolo genérico exigível para o mesmo, apresentado pela consciência da ilicitude da conduta.

QUESTÃO 29

Sobre o crime de *Denúnciação caluniosa*, previsto no CPM, é **incorreto** afirmar que:

- A Se o agente individualiza o autor (suposto) do crime, sabendo-o inocente, responde, em tese, por *Denúnciação caluniosa* e não pelo delito de *Comunicação falsa de crime*.
- B O crime de *Denúnciação caluniosa* absorve o crime de *Calúnia*.
- C Consuma-se o crime no lugar e no momento em que o agente denunciar caluniosamente a prática de crime sujeito à jurisdição militar.
- D A existência de verdade subjetiva por parte do agente é suficiente para afastar o dolo da imputação no crime de *Denúnciação caluniosa*.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa **incorreta**:

- A Crime praticado em presença do inimigo é aquele ocorrido em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.
- B Aos crimes especialmente previstos para o tempo de guerra aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de um terço.
- C É competência privativa do Presidente da República declarar Guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele.
- D Os tipos penais relativos à *Traição* referem-se ao agente como sendo o “nacional”. Com isso conclui-se poder ser ele um brasileiro, nato ou naturalizado, militar ou civil.

Para as **questões de 31 a 65**, assinale a alternativa **correta**:

QUESTÃO 31

Na hipótese de divergência entre as normas do CPPM – Código de Processo Penal Militar e de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário:

- A Prevalece sempre o CPPM em razão da especialidade.
- B Prevalecerão as convenções e os tratados que abranjam o direito processual penal militar ou as de caráter constitucional.
- C Prevalecerão as convenções e os tratados em qualquer hipótese.
- D Qualquer das normas, uma vez aplicadas, excluem as demais.

QUESTÃO 32

Além da interpretação literal, como regra, podemos afirmar que o Direito Processual Penal Militar admite:

- A A interpretação não literal condicional.
- B Apenas a interpretação restritiva, em face do princípio da ampla defesa.
- C A interpretação extensiva apenas nos procedimentos de apuração de crimes contra o dever militar.
- D A interpretação restritiva ou extensiva apenas nos processos de crime militar em tempo de guerra.

QUESTÃO 33

O exercício da polícia judiciária militar:

- A Compete aos Comandantes de forças, unidades ou navios, exclusiva e pessoalmente, quando o agente for oficial superior, ao mesmo subordinado.
- B Poderá ser delegado a oficial de qualquer posto, quando o agente for soldado, cabo ou sargento ou civil.
- C Não admite delegação a oficial da reserva, quando o indiciado for oficial da ativa.
- D Não exige que o oficial delegado seja de igual ou superior posto ou mais antigo, quando o agente é oficial da reserva.

QUESTÃO 34

Sobre o Inquérito Policial Militar, pode-se afirmar que:

- A Poderá ser iniciado por Portaria do Promotor Natural, em face do poder investigativo do Ministério Público.
- B Poderá ser instaurado mediante Portaria, em face de requisição do Juiz Auditor ou do Conselho de Justiça, quando surgirem novas provas.
- C Deverá ser instaurado tão logo tenha a autoridade de polícia judiciária ciência da prática da infração e ser designado o seu Encarregado, sem o que não terá validade a apreensão dos instrumentos e objetos que tenham relação com o fato.
- D O seu arquivamento apenas se aperfeiçoa com o despacho do Juiz Corregedor nesse sentido, com a decisão indeferitória de representação pelo STM ou a por decisão do Procurador-Geral.

QUESTÃO 35

A ação penal militar:

- A É sempre pública e incondicionada.
- B Exige a qualidade de militar do acusado como condição de procedibilidade, nos crimes contra o dever militar.
- C Dela não pode desistir o Ministério Público, a contar da apresentação da denúncia.
- D Mesmo havendo prova de crime, em tese, e indícios de autoria, pode o Promotor deixar de propô-la em face da prescrição em perspectiva.

QUESTÃO 36

Considere a seguinte situação hipotética: O Cap. Bicão, membro do Conselho Permanente de Justiça, descobriu que o acusado é primo de sua ex-esposa, com quem teve dois filhos. Nesse caso, o oficial em questão:

- A Deverá afastar-se do Conselho em razão de impedimento por parentesco por afinidade.
- B Deverá afastar-se obrigatoriamente em razão de suspeição, pois mesmo dissolvido o casamento, houve descendentes.
- C Não é suspeito ou impedido e pode permanecer no Conselho, ressalvada questão de foro íntimo a seu exclusivo critério.
- D É impedido em razão do parentesco, na linha colateral, em terceiro grau, por afinidade, pois mesmo dissolvido o casamento, houve descendentes.

QUESTÃO 37

Quanto ao assistente de acusação, no Processo Penal Militar:

- A Poderá o ofendido ou testemunha com interesse no deslinde da causa habilitar-se para intervir no processo na qualidade de assistente.
- B Considera-se representante legal da vítima apenas o advogado constituído, com poderes especiais para tanto.
- C Só será admitido até o julgamento.
- D Entre outras intervenções, poderá arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público e, inclusive, participar do debate oral.

QUESTÃO 38

São requisitos essenciais à validade e ao recebimento da denúncia:

- A Os dados qualificativos do denunciado.
- B O rol de testemunhas.
- C A designação do Conselho de Justiça, Permanente ou Especial, a quem é dirigida e que julgará a ação.
- D A classificação do crime.

QUESTÃO 39

A denúncia será rejeitada, observadas as seguintes condições:

- A Quando extinta a punibilidade por morte do agente, declarada mediante juntada do laudo de exame cadavérico ou outro documento hábil.
- B Prescrita a pretensão punitiva pela pena em abstrato, cujo reconhecimento depende de arguição das partes.
- C Quando oferecida fora do prazo legal, situação em que ocorrerá a decadência do direito de ação.
- D Por ilegitimidade do acusador, o que não impedirá a ação quando satisfeita esta condição.

QUESTÃO 40

Estão sujeitos ao Foro Militar:

- A Quaisquer que sejam os agentes, nos crimes contra as instituições militares.
- B Os reservistas, considerados como tais os militares da reserva, quando praticando crimes militares *ratione personae*.
- C Os militares e os assemelhados, considerados estes últimos os policiais e bombeiros militares e os servidores civis das Forças Armadas.
- D Quaisquer que sejam os agentes, nos crimes contra a segurança nacional e a segurança externa do País.

QUESTÃO 41

A competência será determinada:

- A Nos crimes cometidos a bordo de aeronaves, no espaço aéreo brasileiro, pelo local de que a mesma houver partido, ou pelo domicílio do agente, se a distância tornar difícil a realização de diligências.
- B Pela especialização, se houver mais de uma Auditoria na circunscrição do local do crime.
- C Em geral pelo local da infração ou, quando não conhecido, pelo local de residência ou domicílio do acusado, quando militar em situação de atividade.
- D Se iniciado no Brasil e consumado no exterior, pelo local onde praticado o último ato de execução.

QUESTÃO 42

A conexão teleológica resulta de:

- A Duas ou mais pessoas serem acusadas da mesma infração.
- B Várias pessoas praticarem crimes umas contra as outras.
- C Ser uma infração praticada por várias pessoas para ocultar outra infração que praticaram.
- D Várias pessoas se ajustarem para a prática de mais de uma infração, no mesmo tempo e lugar.

QUESTÃO 43

Nos incidentes processuais:

- A O juiz poderá não aceitar a arguição de sua suspeição mas, em se tratando de impedimento, a arguição, por se tratar de condição objetiva, é irrecusável.
- B O incidente de insanidade mental do acusado apenas poderá ser determinado na fase judicial, frente à ampla defesa e o contraditório.
- C A exceção de incompetência do juízo deverá ser argüida no curso da instrução criminal, até as alegações finais das Partes.
- D Em se tratando de coisa julgada, uma vez reconhecida, o juiz determinará o arquivamento da denúncia.

QUESTÃO 44

No tocante às medidas preventivas e assecuratórias, é válido afirmar que:

- A As buscas domiciliares não poderão ser realizadas, senão com ordem judicial.
- B A decisão sobre restituição de coisas apreendidas, quando duvidoso o direito do reclamante, é irrecurável, salvo tratando-se de bem deteriorável.
- C Mesmo transferidos a terceiros, os bens adquiridos com os proventos da infração penal estão sujeitos a arresto.
- D O seqüestro de bens poderá ser decretado na fase do inquérito policial militar.

QUESTÃO 45

Na hipótese de prisão provisória:

- A Dependerá de novo mandado judicial a recaptura dos indiciados ou acusados evadidos.
- B A indicação dos direitos do preso e a autorização de contato com advogado e pessoa da família são dispensáveis na deserção e na insubmissão.
- C A menagem concedida cessa com a sentença condenatória, ainda que não transitada em julgado.
- D Caracteriza o flagrante presumido quando o agente é perseguido logo após o fato delituoso, em situação que faça acreditar ser ele o seu autor.

QUESTÃO 46

Os exames e perícias, no Processo Penal Militar:

- A Poderão ser realizados por peritos militares, desde que oficiais, respeitada a especialidade e indicados pelas Partes.
- B Poderão ser realizados por peritos oficiais, de órgãos federais ou estaduais, caso em que deverão ser, no mínimo em número de dois, nomeados e compromissados perante o Juiz Auditor.
- C Não poderão ser realizados por militares da reserva.
- D Se realizados por militares nomeados pelo juiz exige-se o número mínimo de dois peritos e que sejam oficiais, atendida a especialidade.

QUESTÃO 47

Na produção da prova testemunhal:

- A A testemunha ouvida por precatória será inquirida perante o Juiz Auditor, singularmente, presentes o Promotor e a Defesa.
- B A testemunha poderá se eximir de depor, alegando questão de foro íntimo ou ser inimiga ou amiga íntima do acusado.
- C A testemunha poderá limitar a sua declaração confirmando a que prestou no inquérito.
- D Testemunhas suplementares são aquelas arroladas pelas Partes, além das numerárias e das referidas.

QUESTÃO 48

No processo ordinário:

- A Exige-se o comparecimento de todos os membros do Conselho, inclusive no julgamento, para os atos probatórios em que sua presença seja necessária.
- B O Promotor não poderá, nas alegações finais, atribuir ao fato descrito na denúncia tipo penal mais grave, sem proceder ao seu aditamento, em respeito ao contraditório e à ampla defesa.
- C O acusado poderá solicitar, no interrogatório, que lhe sejam lidos os trechos de depoimento prestado no IPM, ou as conclusões do relatório do seu Encarregado.
- D A revelia importa na suspensão do processo e do curso do lapso prescricional.

QUESTÃO 49

O Sargento Espinha, militar com estabilidade, praticou crime de deserção e não se apresentou e nem foi capturado. Nesta hipótese:

- A Poderá ser oferecida a denúncia e prosseguir a ação penal à sua revelia, devendo ser citado por edital.
- B Sendo estável, a denúncia é oferecida e recebida, mas o processo ficará sobrestado até que o mesmo seja capturado ou se apresente e venham aos autos o ato de reversão.
- C O desertor é excluído das Forças Armadas, passando à condição de civil, pelo que não pode, sob este fundamento, ser denunciado.
- D Enquanto estiver o desertor agregado, a denúncia não pode ser oferecida, pois falta condição à ação.

QUESTÃO 50

Quanto às nulidades:

- A As nulidades no inquérito, vinculadas aos princípios hierárquicos, podem invalidar a ação penal se argüidas *oportuno tempore*.
- B A nulidade por incompetência do Juízo só poderá ser argüida até a Sessão de Julgamento.
- C O princípio *pas de nullité sans grief*, indica que não há nulidade sem isenção, ou seja, não aproveita à parte que lhe deu causa.
- D As nulidades da instrução criminal não argüidas em alegações finais serão consideradas sanadas, salvo se absolutas.

QUESTÃO 51

De acordo com o Direito Processual Penal, quanto aos recursos:

- A O Ministério Público não poderá desistir do recurso da acusação, ainda que por erro de interposição.
- B A sucumbência paralela decorre do interesse na reforma da decisão, tanto pela acusação quanto pela Defesa.
- C Constituem recursos regimentais os previstos nos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, pertinentes aos Conselhos de Justificação.
- D O princípio da fungibilidade dos recursos importa no aproveitamento do recurso de um réu aos demais co-réus, quando a decisão não tenha fundamento de caráter exclusivamente pessoal.

QUESTÃO 52

Quando aos prazos recursais:

- A O recurso em sentido estrito deverá ser interposto no prazo de cinco dias, devendo ser arrazoadado em igual prazo.
- B Na hipótese de separação de julgamentos, uma vez findos os prazos recursais, sem oferecimento de razões, os autos deverão ser encaminhados ao STM, ainda que pendente de julgamento o outro réu.
- C O prazo para razões de apelação, quando houver mais de um apelado ou apelante, é de dez dias para cada um, embora comum o prazo de interposição.
- D Em se tratando de apelação interposta exclusivamente pelo Ministério Público, dispensar-se-á a manifestação da Procuradoria-Geral.

QUESTÃO 53

Recebendo petição de *habeas corpus*, o Juiz Auditor concedeu a ordem para colocar em liberdade militar preso disciplinarmente. Ciente da decisão deverá o promotor:

- A Interpor recurso ordinário em *habeas corpus* ao Superior Tribunal Militar.
- B Requerer correição parcial em face de *error in iudicando*.
- C Representar ao Procurador-Geral para que este ingresse com reclamação perante o STM.
- D Entrar com recurso de embargos de nulidade da decisão.

QUESTÃO 54

Sendo concedida a suspensão condicional de pena:

- A A suspensão condicional da pena abrange as penas acessórias, mas não impede a imposição de medida de segurança.
- B Em caso de co-autoria, uma vez deferida a um dos réus não poderá ser negada aos demais.
- C A audiência admonitória destina-se a repreender o beneficiado que houver descumprido obrigação imposta no sursis.
- D A suspensão condicional da pena poderá ser recusada pelo sentenciado.

QUESTÃO 55

Na apuração e julgamento dos crimes militares em tempo de guerra:

- A O prazo para conclusão do Inquérito será de dez dias, improrrogáveis.
- B Das decisões do Conselho Superior de Justiça apenas caberá recurso de embargos.
- C O acusado apenas poderá dispensar advogado para a sua assistência quando legalmente habilitado a fazê-lo pessoalmente.
- D É dispensada a citação do acusado que estiver preso, salvo se em caso de evasão.

QUESTÃO 56

São órgãos da Justiça Militar:

- A Os Ministros do Superior Tribunal Militar e os Conselhos Permanentes de Justiça.
- B Os Ministros do Superior Tribunal Militar e os Juízes Auditores.
- C Os Conselhos Especiais de Justiça e a Auditoria de Correição.
- D Os Ministros do Superior Tribunal Militar e as Auditorias das Circunscrições Judiciárias.

QUESTÃO 57

Integram a 7ª Circunscrição Judiciária, entre outros, os seguintes estados:

- A Paraíba, Piauí e Pernambuco.
- B Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
- C Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte.
- D Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

QUESTÃO 58

São disposições comuns pertinentes aos Conselhos de Justiça:

- A O sorteio de seus membros será feito pelo Juiz Auditor, em pública audiência, na presença do Procurador, do Diretor de Secretaria e do acusado, quando preso.
- B Os Conselhos de Justiça podem instalar-se e funcionar com a maioria de seus membros, sendo obrigatória apenas presença do Juiz-Auditor.
- C Se a acusação abranger oficial e soldado ou civil, responderão todos perante o mesmo conselho, salvo se excluído do processo o oficial.
- D O Diretor de Secretaria certificará, em cada processo, o sorteio e o compromisso dos juízes militares, inclusive dos Conselhos Permanentes de Justiça.

QUESTÃO 59

Os oficiais que integrarem os Conselhos Especiais de Justiça:

- A Poderão ser reconvocados no futuro, mesmo dissolvido o Conselho, para o mesmo processo, se sobrevier diligência determinada pelo STM.
- B Não poderão ser sorteados para participarem de outro Conselho Especial, enquanto não dissolvido o Conselho anterior.
- C Serão substituídos, caso promovidos a oficial general.
- D Ficarão vinculados ao mesmo Conselho Especial, não podendo ser movimentados enquanto não transitada em julgado a sentença prolatada.

QUESTÃO 60

Em tempo de guerra:

- A Os Membros do Ministério Público e da Defensoria Pública que funcionam junto aos Conselhos Superiores de Justiça, devem ser nomeados pelo Presidente da República, especialmente para aquele fim, escolhidos entre Membros das respectivas instituições.
- B Os Juízes-Auditores Titulares serão designados pelo Superior Tribunal Militar para funcionar junto aos Conselhos Superiores de Justiça e os Juízes Auditores Substitutos junto aos Conselhos de Justiça, observada a lista de antigüidade.
- C Os juízes militares do Conselho Superior de Justiça deverão ser nomeados dentre oficiais gerais da ativa.
- D O Secretário das auditorias no Teatro de Operações será escolhido entre oficiais subalternos das tropas em operação no local das auditorias, indicados pelo Comandante da respectiva Força.

QUESTÃO 61

A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar:

- A É composta de três membros, todos subprocuradores-gerais da Justiça Militar e indicados pelo Procurador-Geral da Justiça Militar.
- B Decide, em última instância, sobre arquivamento de inquérito policial militar e de procedimentos de investigação criminal.
- C Tem um de seus membros designados para a função de Coordenador pelo Procurador-Geral da Justiça Militar.
- D É organizada por regimento interno elaborado pelo seu Coordenador e aprovado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar.

QUESTÃO 62

Sobre a Corregedoria-Geral do Ministério Público Militar podemos afirmar que:

- A O Corregedor-Geral do Ministério Público Militar é indicado diretamente pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, mediante escolha livre entre os subprocuradores-gerais da Justiça Militar.
- B O Corregedor-Geral é nomeado para mandato de dois anos, que pode ser renovado uma vez.
- C A função de Corregedor-Geral é de confiança do Procurador-Geral da Justiça Militar, que pode destituí-lo antes do término de seu mandato.
- D O Corregedor-Geral depende de autorização do Conselho Superior do Ministério Público Militar para instaurar inquérito contra integrante da carreira.

QUESTÃO 63

Com relação ao Conselho Superior do Ministério Público Militar, podemos afirmar que:

- A Todos os subprocuradores-gerais da Justiça Militar integram-no como membros natos.
- B Se houver empate nas suas deliberações, o voto do seu presidente prevalecerá sempre.
- C Está entre as suas atribuições autorizar o afastamento temporário de membro do Ministério Público Militar.
- D Substitui o seu presidente, nos casos de impedimento ou de vacância, o Vice-procurador Geral da Justiça Militar.

QUESTÃO 64

Nas promoções no Ministério Público da União deverá ser observado:

- A Se o critério for de antigüidade, o mais antigo poderá ser recusado pelo Conselho Superior pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes.
- B Em qualquer dos critérios, antigüidade ou merecimento, só poderá concorrer o membro que estiver em atividade na carreira por mais de dois anos.
- C Se não realizada até 30 (trinta) dias da ocorrência da vaga, a promoção produzirá efeitos a partir do termo final desse prazo.
- D Não poderá concorrer à promoção, em qualquer dos critérios, o membro que tenha sofrido penalidade de censura ou suspensão, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga.

QUESTÃO 65

É atribuição privativa do Procurador-Geral da Justiça Militar:

- A Nomear e dar posse aos membros do Ministério Público Militar.
- B Determinar a instauração de processos administrativos contra membro do Ministério Público Militar.
- C Elaborar e aprovar os critérios de promoção por merecimento na carreira.
- D Decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuições entre os órgãos do Ministério Público Militar.

QUESTÃO 66

A respeito do Conselho Nacional do Ministério Público, inserido no texto constitucional por força da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **correta**:

- A Compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- B Terá a presença de quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras e de quatro membros do Ministério Público dos Estados.
- C Terá a presença de três advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e de dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- D Terá a presença de dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 67

Assinale a alternativa **incorreta** relacionada ao Conselho Nacional do Ministério Público:

- A Cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público zelar pela observância do artigo 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.
- B O Conselho escolherá em votação secreta, um Corregedor Nacional, dentre seus membros, vedada a recondução.
- C A revisão, de ofício ou mediante provocação, dos processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano, é competência do Conselho Nacional do Ministério Público.
- D Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa, é competência do Conselho Nacional do Ministério Público.

QUESTÃO 68

A respeito do Conselho Nacional de Justiça que compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, assinale a assertiva **correta**:

- A É integrado pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- B É integrado por um Desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- C Não é integrado por Ministro do Superior Tribunal Militar.
- D É integrado por um membro do Ministério Público da União ou dos Estados, indicado pelo Procurador-Geral da República.

QUESTÃO 69

Com relação à denominada Reforma do Poder Judiciário oriundo da Emenda Constitucional nº 45/2004 é **incorreto** dizer que:

- A Compete privativamente à Câmara dos Deputados: processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- B Aos juízes é vedado: receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- C No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.
- D Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

QUESTÃO 70

Em relação à teoria dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a opção **incorreta**:

- A A regra, no Estado de Direito, é o pleno respeito às inviolabilidades constitucionais, permitindo-se, porém, excepcionalmente, a violação dessas diretrizes e garantias.
- B Os Direitos Fundamentais consagrados na Constituição, porque visam à preservação da dignidade humana, somente podem ter como titulares pessoas físicas.
- C Os direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados como por exemplo, o princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas.
- D A constitucionalização dos direitos humanos fundamentais não significa mero enunciado formal de princípios, mas a plena positivação de direitos, com base nos quais qualquer indivíduo poderá exigir sua tutela perante o Poder Judiciário, para a concretização da democracia.

QUESTÃO 71

Assinale a opção **incorreta**:

- A Não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do artigo 84, inciso XIX, da Constituição Federal, de caráter perpétuo; de trabalho forçado; de banimento e cruéis.
- B Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei complementar.
- C Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- D Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

QUESTÃO 72

Ao Tribunal de Contas da União **não** compete:

- A Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- B Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- C Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- D Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

QUESTÃO 73

É da competência privativa do Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de, assinale a opção correta:

- A Diretores do Banco Central e seu presidente.
- B Todos os Ministros do Tribunal de Contas da União.
- C Chefes de missão diplomática de caráter transitório.
- D Do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa **correta**, dentre as assertivas abaixo, referentes ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e às demais funções essenciais à justiça:

- A Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas Unidades Federadas e terão assegurada estabilidade por dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- B As Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e financeira e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- C Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na Lei de Diretrizes orçamentárias.
- D As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa **incorreta**, dentre as assertivas abaixo, relacionadas à hermenêutica constitucional e à recepção e à adaptação formal do direito anterior e do direito superveniente à Constituição:

- A Para Konrad Hesse, a interpretação tem significado decisivo para a consolidação e preservação da força normativa da Constituição.
- B Quando se fala que as normas constitucionais são partes de um sistema harmônico, nos referimos ao princípio da interpretação, conforme a Constituição.
- C A recepção é processo legislativo abreviado, necessário à manutenção da estabilidade da ordem jurídica recém instituída.
- D O Código Tributário Nacional (Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966) constitui exemplo de norma recepcionada pela Constituição de 1988 como Lei Complementar.

QUESTÃO 76

Em matéria de Sistema Tributário Nacional, escolha a alternativa **correta**, segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- A Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- B É permitida à União instituir isenção de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C Emenda constitucional pode excepcionar o princípio da anterioridade para promover a imediata vigência do aumento das alíquotas de imposto.
- D Cabe à Lei Complementar estadual estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ou ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

QUESTÃO 77

Quanto às Forças Armadas, assinal e a alternativa **incorreta**:

- A O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei.
- B O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade.
- C O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
- D A lei complementar disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

QUESTÃO 78

Quanto à segurança pública é **correto** afirmar que:

- A A polícia Federal instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira destina-se a exercer as funções de polícia marítima, rodoviária e de fronteiras.
- B Lei complementar disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.
- C As polícias militares cabem a polícia judiciária e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- D A Polícia Federal destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

QUESTÃO 79

Com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assinal e a alternativa **incorreta**:

- A A locução prazo certo, prevista no §3º do artigo 58 da Constituição, impede prorrogações sucessivas da Comissão Parlamentar de Inquérito dentro da mesma legislatura.
- B A quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de qualquer pessoa sujeita à investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária.
- C As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem, genericamente, o poder de determinar às autoridades policiais e administrativas a realização de buscas e apreensão de documentos necessários às investigações.
- D As Comissões Parlamentares de Inquérito não possuem competência constitucional para a decretação de prisões temporárias, preventivas ou quaisquer outras hipóteses, salvo as prisões em flagrante delito.

QUESTÃO 80

A Constituição Federal prevê a aplicação de duas medidas excepcionais para restauração da ordem em momentos de anormalidade – *Estado de Defesa* e *Estado de Sítio* –, possibilitando inclusive a suspensão de determinadas garantias constitucionais, em lugar específico e por certo tempo, possibilitando ampliação do poder repressivo do Estado, justificado pela gravidade da perturbação da ordem pública. Assim sendo, é **correto** afirmar que:

- A O Presidente da República para decretar estado de defesa, deverá ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- B O Decreto que instituir o estado de defesa determinará as medidas coercitivas a vigorarem, entre quais as restrições ao direito de reunião, caso não seja exercida no seio de associação.
- C O tempo de duração do estado de defesa não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- D Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

QUESTÃO 81

Com relação às atribuições do Presidente da República especificamente no que se refere à sua competência para expedir decretos de acordo com a doutrina e jurisprudência, é **incorreto** afirmar que:

- A Houve, com a Emenda Constitucional nº 32/01, a configuração de um decreto autônomo capaz de tratar diretamente da estrutura dos órgãos públicos.
- B A partir da Emenda Constitucional nº 32/01, o decreto passou a ser o único instrumento normativo apto a versar sobre atribuições e estruturas intestinas dos ministérios e órgão da administração pública, desde que não implique em aumento de despesa ou criação ou extinção de órgãos públicos.
- C O decreto regulamentar permanece contemplado na ordem constitucional brasileira (inciso IV do artigo 84).
- D O Decreto autônomo nos termos da Emenda Constitucional nº 32/01 não se aplica em nível estadual.

QUESTÃO 82

O artigo 40 da Constituição Federal, com a nova redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 20/98 e nº 41/2003, assegura aos servidores públicos regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observando-se critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. A esse respeito, assinale a alternativa **incorreta** com relação a como serão aposentados os servidores públicos:

- A Quando por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de efetivo exercício no serviço público, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- B Quando compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- C Quando voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- D O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

QUESTÃO 83

Com relação à Administração Pública no âmbito constitucional, é **correto** afirmar que:

- A A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- B As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia, assessoramento e assistência.
- C Lei Complementar reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- D Lei Complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

QUESTÃO 84

O artigo 62 da Constituição Federal determina que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Assim, com relação ao processo legislativo especial que é aplicado às medidas provisórias é **incorreto** dizer que:

- A Uma vez editada, a medida provisória permanecerá em vigor pelo prazo de 60 dias, porém este prazo ficará suspenso durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.
- B Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.
- C Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- D É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

QUESTÃO 85

A Constituição Federal de 1988 consagrou, como obrigação do Poder Público, a defesa, preservação e garantia de efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Sobre esse tema e no âmbito da doutrina e da jurisprudência, é **incorreto** dizer que:

- A A Constituição de 1988 permite a defesa do meio ambiente tanto pela ação popular quanto pela ação civil pública.
- B Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é a consagração constitucional de um típico direito de terceira geração.
- C As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas ou à obrigação de reparar os danos causados.
- D Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos.

QUESTÃO 86

Com relação aos Ministros de Estado, é **incorreto** afirmar que:

- A Serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.
- B Têm atribuições de exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência.
- C Podem ser convocados por qualquer Comissão do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.
- D São processados e julgados nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 87

Com relação ao direito de certidão e ao direito de petição, previstos, respectivamente, nos Incisos XXXIII e XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta** considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- A A negativa estatal ao fornecimento das informações, englobadas pelo direito de certidão, configura o desrespeito a um direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder, passível, portanto, de correção por meio de Mandado de Segurança.
- B O legítimo interesse não é pressuposto necessário para a utilização do direito de petição.
- C O exercício do direito de petição não exige seu endereçamento ao órgão competente para tomada de providências, devendo, pois, quem recebê-lo, encaminhá-las à autoridade competente.
- D O direito de petição não poderá ser utilizado como sucedâneo da ação penal, de forma a oferecer-se, diretamente, em juízo criminal, a acusação formal em substituição ao Ministério Público. A Constituição Federal prevê uma única e excepcional norma sobre a ação penal privada subsidiária da pública (artigo 5º, LIX), que somente poderá ser utilizado quando da inércia do Ministério Público ou ainda, nas infrações penais de menor potencial ofensivo, oferecida a transação penal.

QUESTÃO 88

Sobre a Ação Popular é **incorreto** afirmar que:

- A É destinada, segundo o Supremo Tribunal Federal, a preservar, em função de seu amplo espectro de atuação jurídico-processual, a intangibilidade do patrimônio público e a integridade da moralidade administrativa.
- B Os atos de conteúdo jurisdicional estão excluídos do âmbito de incidência da ação popular.
- C Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ação popular ajuizada contra o Presidente da República.
- D Somente o cidadão, seja o brasileiro nato ou naturalizado, e ainda o português equiparado, no gozo de seus direitos políticos, possui legitimação constitucional para a propositura da ação popular.

QUESTÃO 89

Com relação à autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público, não é **correto** afirmar que:

- A Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizados, mediante a abertura de créditos adicionais.
- B Os Tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados, conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- C Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados, na lei orçamentária vigente, ajustadas de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
- D Para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, o Poder Executivo pode proceder aos ajustes necessários à proposta do Ministério público que for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 90

Sabidamente, o princípio que norteia a repartição de competências entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse. Com base no enunciado acima, assinale a assertiva **correta**:

- A Compete apenas à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B Compete privativamente à União legislar sobre custas dos serviços forenses.
- C É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre propaganda comercial.
- D Compete privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

QUESTÃO 91

Com relação às Finanças Públicas **não é correto** afirmar que:

- A Lei Complementar disporá sobre finanças públicas.
- B Lei Complementar disporá sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- C Lei ordinária disporá sobre operações de câmbio realizados por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- D É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

QUESTÃO 92

O Tribunal Penal Internacional criado no âmbito do sistema das Nações Unidas e com jurisdição sobre os crimes de maior gravidade que afetem à comunidade internacional no seu conjunto, **não** tem competência para julgar o seguinte crime:

- A De genocídio.
- B Contra a humanidade.
- C De guerra.
- D De infanticídio.

QUESTÃO 93

Para efeito do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, entende-se por “crime contra a Humanidade” atos cometidos no quadro de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, **com exceção** de:

- A Crime de homicídio.
- B Crime de extermínio.
- C Crime contra a honra.
- D Crime de *Apartheid*.

QUESTÃO 94

São penas aplicáveis no âmbito do Tribunal Penal Internacional, **excluindo** a:

- A Pena de prisão e perda de produtos, bens e haveres provenientes direta ou indiretamente do crime.
- B Pena de prisão até o limite máximo de 30 anos.
- C Pena de prisão domiciliar.
- D Pena de prisão perpétua.

QUESTÃO 95

No âmbito do Direito Internacional Humanitário foi adotado e passou a vigorar na ordem internacional a partir de 29 de abril de 1997 a Convenção de Paris de 1993 sobre a Proibição do desenvolvimento, produção, armazenagem e utilização de armas químicas e sobre a sua distribuição. Para efeitos desta Convenção é **incorreto** afirmar que:

- A Por armas químicas entende-se que são os produtos químicos tóxicos e seus precursores, exceto quando se destinem a fins não proibidos pela Convenção, desde que os tipos e as quantidades desses produtos sejam compatíveis com esses fins.
- B Por “produto químico tóxico” entende-se todo o produto químico que, pela sua ação química sobre os processos vitais, possa causar a morte, a incapacidade temporária ou lesões permanentes em seres humanos ou animais.
- C Por “precursor” entende-se todo o reagente químico que não intervenha na fase da produção de um produto químico tóxico, qualquer que seja a o método utilizado.
- D Por “armas químicas antigas”, entende-se as armas químicas produzidas antes de 1925, ou as armas químicas produzidas entre 1925 e 1946 que se tenham de tal forma determinado que não possam já ser utilizadas como armas químicas.

QUESTÃO 96

No âmbito do Direito Internacional Humanitário, especialmente do Protocolo I adicional às Convenções de Genebra relativo à Proteção das Vítimas dos conflitos armados internacionais, é **incorreto** afirmar que:

- A A expressão “Potência protetora” designa um Estado Parte no conflito que seja designado por uma Parte no conflito par exercer funções de mediação.
- B A expressão “ataques” designa os atos de violência contra o adversário, quer sejam atos ofensivos, quer defensivos.
- C A expressão, “regras de direito internacional, aplicável aos conflitos armados”, designa as regras enunciadas nos acordos internacionais em que participam as Partes no conflito assim como os princípios e regras do direito internacional geralmente reconhecidos, e aplicáveis aos conflitos armados.
- D Os termos “feridos e doentes” designam as pessoas militares ou civis, que, por motivo de um traumatismo, doença ou de outras incapacidades ou perturbações físicas ou mentais, tenham necessidade de cuidados médicos e se abstenham de qualquer ato de hostilidade.

QUESTÃO 97

A expressão “proteção civil”, contida no Protocolo I adicional às Convenções de Genebra, designa a execução de tarefas humanitárias destinadas a proteger a população civil contra os perigos de hostilidades ou catástrofes e ajudá-la a ultrapassar os seus efeitos imediatos, bem como assegurar-lhe as condições necessárias à sua sobrevivência. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que **não** corresponde a uma dessas tarefas:

- A Disponibilização e organização de abrigos.
- B Serviços sanitários, incluindo primeiros socorros e assistência religiosa.
- C Realização de experiências médicas ou científicas.
- D Descontaminação e outras medidas de proteção análogas.

QUESTÃO 98

Assinale a assertiva **incorreta**:

- A O conceito de Estado de Direito tem sua origem em uma expressão alemã – *Rechtsstaat* – formulado durante a primeira metade do século XX e equivale aproximadamente a outra expressão inglesa, *rule of law*. Com elas, segundo Garcia Morillo, procura-se significar a substituição do “Governo dos Homens” pelo “Governo das Leis”.
- B O Estado de Direito se plasmou historicamente na consagração dos direitos humanos e na prioridade que, segundo a doutrina de Kant, se deve outorgar à tutela desses direitos, acima de qualquer outra razão de Estado.
- C Democracia e socialismo são conceitos distintos, e, por isso, o Estado Social não pode tolerar regimes políticos antagônicos, como são a democracia, o fascismo e o nacional-socialismo.
- D O Estado Democrático de Direito agrega os princípios do Estado Democrático e do Estado de Direito, mas não como simples reunião formal de seus elementos, revelando um conceito novo que os supera, à medida que incorpora um componente revolucionário de transformação do *status quo*.

QUESTÃO 99

No âmbito do Tribunal Penal Internacional existe a previsão do “procurador” e do “Gabinete do Procurador”, que corresponde na sua essência, ao titular e ao órgão constituinte do Ministério Público. Sobre o “Gabinete do Procurador” é **falso** dizer que:

- A É órgão autônomo que compõe o Tribunal Penal Internacional.
- B O Procurador e os Procuradores-Adjuntos terão nacionalidades diferentes e desempenharão o respectivo cargo sem regime de exclusividade.
- C É competente para recolher comunicações e qualquer outro tipo de informações, devidamente fundamentado sobre crimes da competência do Tribunal Penal Internacional, a fim de os examinar e investigar e de exercer a ação penal junto ao tribunal.
- D O Procurador será eleito por escrutínio secreto e por maioria de votos dos membros da Assembléia dos Estados Partes.

QUESTÃO 100

Com relação ao sistema internacional de promoção e proteção aos direitos humanos, assinale a afirmação **correta**:

- A Segundo o princípio da norma mais favorável, podemos dizer que, em matéria de direitos humanos, sendo o bem jurídico tutelado por dois instrumentos, um de âmbito global e outro de âmbito regional, sempre prevalecerá o instrumento de âmbito global por ser este de aplicação mais ampla.
- B A necessidade de se criar órgãos internacionais de proteção aos direitos da pessoa humana está em que as garantias internas nem sempre são suficientes. No caso brasileiro, os instrumentos internacionais pactuados sempre prevalecerão sobre os direitos constitucionalizados, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- C Usualmente a doutrina denomina “direitos fundamentais” os direitos humanos constantes das declarações e convenções internacionais e “direitos humanos” aqueles positivados a nível interno.
- D Na Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de “San José da Costa Rica”- podemos encontrar, dentre as garantias judiciais, o direito de toda pessoa ser ouvida dentro de um prazo razoável.

QUESTÃO 101

A uma medida de ordem geral, não diretamente relacionada com o contrato, mas nele repercutindo, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do contratado, denomina-se:

- A Ato discricionário.
- B Desvio de poder.
- C Fato accidental.
- D Fato do príncipe.

QUESTÃO 102

Ao direito que tem o expropriado de reaver os bens não utilizados no interesse, necessidade ou utilidade públicos por que foram desapropriados, denomina-se:

- A Retrocessão.
- B Destinação imprópria.
- C Retrovenda.
- D Extensão.

QUESTÃO 103

O princípio que consagra a determinação de que a Administração pública somente pode atuar *secundum legem* é conhecido como princípio:

- A Da discricionariedade.
- B Da moralidade.
- C Da reestrutividade ou da legalidade restrita.
- D Do condicionamento da Administração.

QUESTÃO 104

A denúncia formal e assinada de irregularidades internas ou de abuso de poder na prática de atos da Administração, feita por quem quer que seja à autoridade competente para conhecer e coibir a ilegalidade apontada, chama-se:

- A Representação.
- B Recurso hierárquico próprio.
- C Reclamação.
- D Pedido de reconsideração.

QUESTÃO 105

A intervenção administrativa da autoridade pública no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir, denomina-se:

- A Polícia judiciária.
- B Polícia de costumes.
- C Polícia especial, em sentido estrito.
- D Polícia administrativa.

QUESTÃO 106

O ato administrativo que cria nova situação jurídica individual para seus destinatários em relação à Administração, chama-se:

- A Alienativo.
- B Constitutivo.
- C Modificativo.
- D Declaratório.

QUESTÃO 107

Os serviços que não afetam substancialmente as necessidades da comunidade mas satisfazem interesses comuns de seus membros, e por isso a Administração os presta remuneradamente por seus órgãos ou entidades descentralizadas, ou delega sua prestação a concessionários ou autorizatários, são chamados:

- A Serviços impróprios do Estado.
- B Serviços de relevância pública.
- C Serviços gerais.
- D Serviços industriais.

QUESTÃO 108

Os bens que, embora integrando o domínio público, como os demais, deles diferem pela possibilidade de serem utilizados em qualquer fim, ou mesmo alienados pela Administração, se assim o desejar, são chamados:

- A Bens do patrimônio administrativo.
- B Bens de uso geral.
- C Bens de uso especial.
- D Bens patrimoniais disponíveis.

QUESTÃO 109

A extinção do contrato, declarada quando se verificar ilegalidade na sua formalização ou em cláusula essencial, é chamada de:

- A Derrogação.
- B Anulação.
- C Rescisão.
- D Extinção.

QUESTÃO 110

Entre as quatro opções abaixo, pode-se afirmar que está absolutamente **correta** a seguinte afirmação:

- A O poder expropriatório, conquanto discricionário nas opções de utilidade pública e de interesse social, só é legitimamente exercitável nos limites traçados pela Constituição, observado unicamente o interesse público.
- B O poder expropriatório, conquanto discricionário nas opções de utilidade pública e de interesse social, só é legitimamente exercitável nos limites traçados pela Constituição e nos casos expressos em lei, observado o devido procedimento legal.
- C O poder expropriatório, conquanto discricionário nas opções de utilidade pública e de interesse social, só é legitimamente exercitável nos casos em que haja, unicamente, interesse da administração, sem qualquer condição.
- D O poder expropriatório, conquanto discricionário nas opções de utilidade pública e de interesse social, só é legitimamente exercitável nos limites traçados pela Constituição e nos casos expressos em lei, desde que, obrigatoriamente, haja interferência do Poder Judiciário.

QUESTÃO 111

Dentre as quatro opções abaixo, pode-se afirmar que está absolutamente **correta** a seguinte afirmação:

- A A absolvição criminal só afastará o ato punitivo, no âmbito da Administração, se ficar demonstrado, na ação penal, que as provas da participação do acusado são inconsistentes a ponto de possibilitar um juízo de condenação.
- B A absolvição criminal só afastará o ato punitivo, no âmbito da Administração, se for feita a prova inequívoca de que o acusado, embora autor do fato incriminado, não foi responsabilizado, em virtude da aplicação da suspensão do processo proposta pelo Ministério Público.
- C A absolvição criminal só afastará o ato punitivo, no âmbito da administração, se ficar provada, na ação penal, que está prescrita a pretensão punitiva do Estado.
- D A absolvição criminal só afastará o ato punitivo, no âmbito da Administração, se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato ou que o acusado não foi seu autor.

QUESTÃO 112

Ao efetivar a rescisão administrativa, por interesse público, a Administração poderá fixar o valor da indenização cabível, verificado através de operações contábeis. A esse respeito, assinale a alternativa **correta**:

- A O contratado não poderá opor-se à medida, mas, não concordando com o valor da indenização, deverá recorrer às vias judiciais adequadas, pleiteando a reparação dos danos sofridos com a antecipada extinção do contrato, acrescida de lucros cessantes, após esgotada a discussão no âmbito do recurso administrativo.
- B O contratado poderá opor-se à medida quanto ao seu mérito, desde que recorra às vias judiciais adequadas.
- C O contratado não poderá opor-se à medida, mas, não concordando com o valor da indenização, deverá recorrer às vias judiciais adequadas, pleiteando unicamente a justa reparação dos danos sofridos com a antecipada extinção do contrato.
- D O contratado não poderá opor-se à medida, mas, não concordando com o valor da indenização, deverá, antes de recorrer às vias judiciais adequadas, pleiteando a justa reparação dos danos sofridos com a antecipada extinção do contrato, esgotar as vias administrativas.

QUESTÃO 113

Ao direito que tem o proprietário de exigir que na desapropriação se inclua a parte restante dos bens que se tornou inútil ou de difícil utilização por decorrência da expropriação, chama-se:

- A Direito de requisição.
- B Direito de extensão.
- C Direito de redestinação.
- D Direito de retrocessão.

QUESTÃO 114

Tratando-se do controle do contrato administrativo está **correto** afirmar-se:

- A Não há possibilidade de alteração unilateral do contrato, para sua melhor adequação ao interesse público.
- B O poder de controle por parte da Administração retira do particular contratante a autonomia de execução mesmo dentro das cláusulas avençadas.
- C Fica sempre a cargo da Administração, ainda que as partes silenciem a respeito na redação de suas cláusulas.
- D Não existe possibilidade da Administração intervir na obra ou serviço contratado, assumindo provisória ou definitivamente a sua execução, com utilização dos materiais, pessoal e equipamento da empresa.

QUESTÃO 115

Na legislação brasileira, entre os requisitos básicos para investidura em cargo público, pode-se afirmar que está **incorreta** a seguinte exigência:

- A A aptidão física e mental.
- B O gozo dos direitos políticos.
- C A idade mínima de 16 anos.
- D A quitação com as obrigações militares e eleitorais.

QUESTÃO 116

A nomeação do Procurador-Geral da Justiça Militar é um ato administrativo:

- A Declaratório.
- B Modificativo.
- C Complexo.
- D Discricionário.

QUESTÃO 117

Em relação aos Concursos públicos está **errada** a seguinte afirmação:

- A O concurso será de provas ou de provas e títulos.
- B O concurso terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.
- C Se o interesse público exigir poder-se-á abrir novo concurso mesmo se ainda houver candidato aprovado e não nomeado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- D O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

QUESTÃO 118

Relativamente ao servidor público, está absolutamente **correta** a seguinte afirmação:

- A As indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- B As gratificações nunca se incorporam ao vencimento ou provento.
- C Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor indenizações, gratificações e verba honorária.
- D Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor indenizações gratificações e adicionais.

Para as **questões de 119 a 125**, assinale a alternativa **correta**.

QUESTÃO 119

Sobre o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, segundo o estabelecido na Constituição e na legislação complementar, podemos afirmar:

- A É considerado atividade militar para fins de aplicação do artigo 9º, inciso II, alínea C, do Código Penal Militar, salvo em operações que constituam ações de segurança pública, próprias das polícias.
- B Somente ocorrerá depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no artigo 144 da Constituição Federal.
- C As ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem serão desenvolvidas de forma episódica, em área previamente determinada pela autoridade requisitante e por tempo ilimitado.
- D Compete ao Ministro da Defesa a decisão sobre o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, atendendo requisição dos Poderes Constitucionais.

QUESTÃO 120

Sobre os procedimentos para o abate de aeronaves hostis, segundo a legislação em vigor, podemos afirmar:

- A É considerada suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins a aeronave que adentrar o território nacional, sem plano de voo aprovado, oriunda de regiões reconhecidamente fontes de produção ou distribuição de drogas ilícitas.
- B Uma vez considerada suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins a aeronave imediatamente passa a ser caracterizada como hostil.
- C As aeronaves suspeitas de tráfico de entorpecentes e drogas afins estarão sujeitas a medidas de intervenção que consistem em disparo de tiros de aviso com munição traçante pela aeronave interceptadora.
- D A medida de destruição de aeronave hostil exige autorização direta e indelegável do Presidente da República.

QUESTÃO 121

À Patrulha Naval, sob a responsabilidade do Comando da Marinha, segundo a legislação em vigor, para fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos em águas jurisdicionais brasileiras, **não** é permitido:

- A Apresar navios de guerra ou de estados estrangeiros em atividades não autorizadas nas águas jurisdicionais brasileiras.
- B Realizar inspeções em embarcações e disparar tiro de advertência na hipótese de não atendimento à ordem de parar.
- C Após o segundo tiro de advertência, efetuar tiros diretos, com o armamento fixo, sobre a embarcação infratora que persistir na recusa em parar, até que a ordem seja atendida.
- D Aos componentes do grupo de visita e inspeção de embarcações, portar armamento portátil.

QUESTÃO 122

Na agregação, o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu corpo, quadro, arma ou serviço. Esta situação ocorre na hipótese de:

- A O militar sem estabilidade ausentar-se sem autorização pelo prazo que caracteriza o crime de deserção previsto no Código Penal Militar.
- B O militar ter sido condenado à pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função prevista no Código Penal Militar.
- C O militar ser preso por transgressão disciplinar.
- D O militar passar 3 (três) meses contínuos em licença para tratamento de saúde própria.

QUESTÃO 123

Fica sujeito a processo para declaração de indignidade para o oficialato ou de incompatibilidade com o mesmo o oficial das Forças Armadas que:

- A For condenado por tribunal militar à pena privativa de liberdade por dois anos.
- B Houver adquirido dupla nacionalidade, ainda que mantendo a nacionalidade brasileira.
- C For considerado culpado em julgamento por Conselho de Justificação, nos casos previstos na legislação específica.
- D For considerado extraviado.

QUESTÃO 124

A prorrogação voluntária do tempo de serviço do incorporado denomina-se:

- A Engajamento.
- B Reincorporação.
- C Dilação do tempo de serviço.
- D Adição.

QUESTÃO 125

Segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, a punição disciplinar consistente em admoestação verbal denomina-se:

- A Censura.
- B Advertência.
- C Repreensão.
- D Detenção.